

Evolução da dívida externa

09 AGO 1993

ESTADO DE SAO PAULO

Recentemente, o Banco Central divulgou os dados relativos à dívida externa do País, existente no final de 1992. Tal dívida orçava então US\$ 109,993 bilhões, acusando um aumento de 18,2% em um ano. Tal crescimento significa uma volta do capital externo ao Brasil — um fator positivo. No entanto, pode-se perguntar se é sempre justificável a captação de recursos externos a qualquer custo.

A análise dos dados divulgados mostra que, enquanto a dívida externa do setor público cresceu 0,5%, a do setor privado se elevou em 36,4%. Como se verifica, o problema situa-se mais na última área que no setor público, convindo lembrar que, no passado, coube ao governo assumir a dívida do setor privado diante das dificuldades cambiais que enfrentamos e da necessidade de negociar-se uma consolidação dessa dívida. No que se

refere ao setor público, um fato merece relevo: a dívida, em relação aos organismos internacionais, acusou uma redução de 12,5%. Cabe lembrar que empréstimos dessas instituições são geralmente realizados a custo baixo e prazo maior. Ocorre que se trata de empréstimos condicionais que exigem, freqüentemente, uma contrapartida nacional. Ora, na atual situação das finanças públicas, o Estado não mais dispõe de poupança, o que nos priva de empréstimos que poderiam ser efetuados em melhores condições. Em compensação, observamos que os empréstimos dos organismos governamentais (tipo Eximbank ou Coface), ao setor público, cresceram em relação ao ano anterior 73,6% em 1992. Geralmente, são financiamentos para compra de equipamentos. Tal recuperação deve-se apenas ao fato de termos conseguido regularizar

nossa situação com o Clube de Paris e consolidar nossa dívida. Isso mostra que não é com moratória que se resolvem os problemas, mas mediante uma renegociação.

Deve-se, no entanto, examinar mais detidamente a situação da dívida do setor privado que se elevou muito, por um lado, porque o Brasil oferece maiores garantias aos credores, aceitando, por outro, juros superiores aos do mercado, embora as empresas considerem que, mesmo assim, tais juros são inferiores aos vigentes no mercado interno. O aumento da dívida externa teve origem essencialmente nos empréstimos em moeda e, de modo particular, nas operações com “commercial papers” e bônus e “notes”. Os empréstimos em moeda, em 1992, somaram US\$ 7,979 bilhões, acusando um aumento de 81% em relação ao ano anterior. No caso das opera-

ções com “commercial papers” (de prazo mais curto), ocorreu uma redução de 33,2%, enquanto, no que se refere aos bônus (inclusive aqueles destinados ao setor público), houve um crescimento de 220,7%. A questão que se deve levantar se vincula ao interesse do Brasil em efetuar tais operações. Cumpre notar, em primeiro lugar, que se trata de transações de curto prazo (segundo as normas internacionais). No caso do setor privado financeiro, o prazo médio era de três anos no final de 1992 e de 3,1 no final do segundo trimestre deste ano. Mas o fato mais preocupante é o custo dessas operações: 11,38% no final de 1992 e, agora, 11,84%. Muitas vezes se trata de recursos que permitem a aquisição de títulos da dívida interna com garantia cambial e juros reais de 17%. O problema da captação de recursos merece reexame.